



# PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO PARA A IMPLANTAÇÃO DA COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, RJ: AÇÕES E RESULTADOS

**Elmo Rodrigues da Silva (UERJ)**

elmorodrigues@yahoo.com.br

**Elisa Chaves Loureiro do Carmo (INEA)**

coletaseletiva.inea@gmail.com

**Pólita Gonçalves (INEA)**

politagoncalves@gmail.com

**Raquel Flávia Pires Bento (UERJ)**

raquelbento@yahoo.com

**Ubirajara Aluizio de Oliveira Mattos (UERJ)**

ubirajaraaluizio@yahoo.com.br

*No Estado do Rio de Janeiro, a Secretaria de Estado do Ambiente (SEA) busca a integração das ações de saneamento como, por exemplo, na execução do Plano Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PEGIRS). Ele prevê o diagnóstico da situação da gestão dos resíduos nos municípios, estudos de regionalização e apoio técnico e jurídico aos consórcios e a conseqüente redução dos resíduos destinados aos aterros sanitários bem como o reaproveitamento dos resíduos. Um dos programas que o compõe é o Projeto Coleta Seletiva Solidária iniciado em outubro de 2009 e coordenado pela Gerência de Educação Ambiental do Instituto Estadual do Ambiente (INEA) em parceria com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) - com recursos do Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (FECAM). Este artigo apresenta as ações e os resultados do projeto desenvolvido por equipe multidisciplinar. Destaca-se também a criação em 2007, do Decreto Estadual 40.645 que institui a obrigatoriedade de separação dos resíduos recicláveis pelos órgãos públicos e a sua destinação às cooperativas de catadores. O projeto possui quatro programas de capacitação, a saber: Coleta Seletiva Solidária para Gestores Públicos Municipais, Coleta Seletiva Solidária nas Escolas Estaduais, Coleta Seletiva Solidária nos Órgãos Públicos Estaduais e Capacitação de Catador para Catador. O artigo apresenta os resultados desse trabalho que é desenvolvido através de encontros, oficinas, palestras, cursos de capacitação, dentre outros. Até maio de 2010, aconteceram: 38 oficinas em 15 municípios; curso*

*de capacitação e mutirão de legalização para cooperativas de catadores; cadastramento de 16 cooperativas; acompanhamento da implantação nos órgãos públicos estaduais. Para o êxito da coleta seletiva é fundamental a integração das ações entre os três níveis de governo, entre os entes públicos e privados, bem como a ampla participação social. Salienta-se o papel da democratização de informações e, sobretudo, da formação cidadã através da educação comprometida com as questões socioambientais. Espera-se que as ações empreendidas possam contribuir com o efetivo Desenvolvimento Sustentável da gestão integrada dos resíduos e da cadeia produtiva da reciclagem do Estado do Rio de Janeiro.*

*Palavras-chaves: Educação Ambiental; Resíduos Sólidos; Coleta Seletiva Solidária; Decreto Estadual 40.645/07/RJ*

“A Educação Ambiental pode ser considerada como parte de um processo permanente, no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu ambiente e adquirem conhecimentos, valores, habilidades e experiências que os tornem aptos a agir e resolver a problemas ambientais presentes e futuros”. (UNESCO, 1980)

## Introdução

No contexto atual, dentre tantos desafios que se coloca para sociedade, um deles diz respeito à sustentabilidade do desenvolvimento, o qual depende, dentre outros fatores, da busca pela compreensão integrada das questões socioambientais e por soluções que respeitem as culturas e realidades locais, bem como, estimulem a ampla participação social, em particular, com relação à crescente geração de resíduos e de sua correta destinação.

Para o enfrentamento do problema gerencial de resíduos sólidos urbanos, as administrações municipais do país e, em particular, as Prefeituras do Estado do Rio de Janeiro, devem se estruturar para realizar o Gerenciamento Integrado de Resíduos, o qual pode ser visto como:

O envolvimento de diferentes órgãos da administração pública e da sociedade civil com o propósito de realizar a limpeza urbana, a coleta, o tratamento e a disposição final do lixo, elevando assim a qualidade de vida da população e promovendo o asseio da cidade, levando em consideração as características das fontes de produção, o volume e os tipos de resíduos – para a eles ser dado tratamento diferenciado e disposição final técnica e ambientalmente corretas –, as características sociais, culturais e econômicas dos cidadãos e as peculiaridades demográficas, climáticas e urbanísticas locais (MONTEIRO *et al*, 2001, p. 8).

De modo geral, as metas de quaisquer programas de gestão de resíduos devem ser as de reduzir ao mínimo a sua geração, aumentar ao máximo a reutilização e reciclagem do que foi gerado, promover a disposição final e o tratamento ambientalmente adequado dos rejeitos, bem como universalizar a prestação de serviços, estendendo-os a toda a população.

A partir dessas considerações iniciais, a Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro (SEA/RJ) busca, dentre outros projetos, a racionalidade e a integração das ações através do Pacto pelo Saneamento e da elaboração do Plano Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PEGIRS), estimulando a formação de consórcios intermunicipais para a disposição final adequada dos resíduos domiciliares.

Nesse contexto, considerando-se que a porcentagem dos recicláveis no lixo doméstico corresponde a 40% de todos os resíduos gerados nas municipalidades, a coleta seletiva de materiais recicláveis torna-se uma alternativa relevante para a gestão racional dos resíduos sólidos urbanos. Dentre outros benefícios, a coleta seletiva, por meio da separação de resíduos na fonte geradora e de sua destinação para Cooperativas de Catadores dentro do processo denominado “Coleta Seletiva Solidária”, possibilita a diminuição do volume de resíduos a serem dispostos em aterros sanitários e o conseqüente aumento de vida útil destes. Além do ganho ambiental que esse processo gera, há que se levar em conta o seu aspecto social através

da possibilidade de geração de trabalho e renda para milhares de trabalhadores, destacando-se um dos atores históricos dessa cadeia produtiva: os catadores de materiais recicláveis, organizados ou não na forma de associações e cooperativas.

Há muito a ser feito em prol da mudança de comportamentos individuais e coletivos no contexto da gestão dos resíduos com foco na reciclagem. O “lixo”, ao ser identificado como um dos graves problemas ambientais urbanos da atualidade, tem se tornado um dos alvos de programas de Educação Ambiental (EA) em muitas escolas e empresas brasileiras. Nesse sentido, a EA pode ser considerada como parte de um processo permanente, no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu ambiente e adquirem conhecimentos, valores, habilidades e experiências que os tornem aptos a agir e resolver a problemas ambientais presentes e futuros (UNESCO, 1980). Para que isso seja possível, faz-se necessária uma ação conjunta por parte das instituições e dos indivíduos, de forma a provocar mudanças relativas tanto no processo produtivo quanto nos hábitos de consumo e de descarte de materiais, o que depende, sobretudo, de investimento na formação dos cidadãos e cidadãs para que estes se tornem mais conscientes e responsáveis para com o meio ambiente (SILVA et. al., 2007).

A esse respeito, cabe destacar alguns esforços governamentais envidados, como, por exemplo, a criação do Decreto Federal nº 5.940/06 e do Decreto nº 40.645/07 do Governo do Estado do Rio de Janeiro, o qual instituiu a Coleta Seletiva Solidária e a obrigatoriedade de separação dos resíduos recicláveis na fonte geradora, descartados pelos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, e a sua destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Contudo, os quadros da gestão pública demandam orientação para o planejamento na implantação da coleta seletiva, seja no âmbito dos municípios, seja nas escolas ou nos órgãos públicos.

A Coleta Seletiva Solidária é um dos componentes da Agenda Ambiental na Administração Pública–A3P (MMA, 2010). Essa Agenda é um programa que visa implementar a gestão socioambiental sustentável das atividades administrativas e operacionais do governo e tem como princípio a inserção dos critérios ambientais, que vão desde a mudança nos investimentos, compras e contratação de serviços pelo governo, até a gestão adequada dos resíduos gerados e dos recursos naturais utilizados; seu principal objetivo é a melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho.

A fim de dar impulso à divulgação e implementação do referido Decreto no Estado do Rio de Janeiro, em outubro de 2009 foi iniciado o Projeto Coleta Seletiva Solidária pela SEA e execução pela Gerência de Educação Ambiental do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), em parceria com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), através da Faculdade de Engenharia e do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental (PEAMB). Esse projeto é realizado com recursos do Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (FECAM).

No contexto dos programas e ações voltadas para a Educação Ambiental desenvolvidas pelo Governo do Rio de Janeiro, além do Projeto Coleta Seletiva Solidária, destacam-se a Agenda 21 Escolar: formando Elos de Cidadania à Distância (SEA, 2010a), Nas Ondas do Ambiente (SEA, 2010b), Encontro das Águas (INEA, 2010c) e Agenda Água na Escola (INEA, 2010b), o qual teve início em janeiro de 2009 e já atingiu 14 municípios do estado do Rio de Janeiro (Rio Bonito, Araruama, Iguaba Grande, Cabo Frio, Silva Jardim, Casimiro de Abreu, Nova Friburgo, Bom Jardim, Cantagalo, Cordeiro, Rio das Ostras, Campos dos Goytacases, São João da Barra e Bom Jesus de Itabapoana).

Cabe ressaltar que dentre as diversas atribuições da Gerência de Educação Ambiental do INEA, compete a ela apoiar o exercício da cidadania na elaboração e execução de políticas públicas, por meio da participação dos cidadãos na gestão dos recursos ambientais e nas decisões que afetam a qualidade do meio ambiente, estimulando a formação crítica do cidadão voltada para a garantia de seus direitos constitucionais a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Também compete a esta Gerência promover a capacitação dos gestores públicos e sensibilizar a sociedade para a conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente através de processos participativos, visando a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais.

### **Objetivo**

Este artigo visa apresentar as ações e os resultados obtidos pelo Projeto Coleta Seletiva Solidária cujo público-alvo são: gestores públicos municipais e estaduais do Rio de Janeiro, escolas estaduais, catadores de materiais recicláveis organizados ou em fase de organização e representantes dos setores organizados da sociedade.

### **Método**

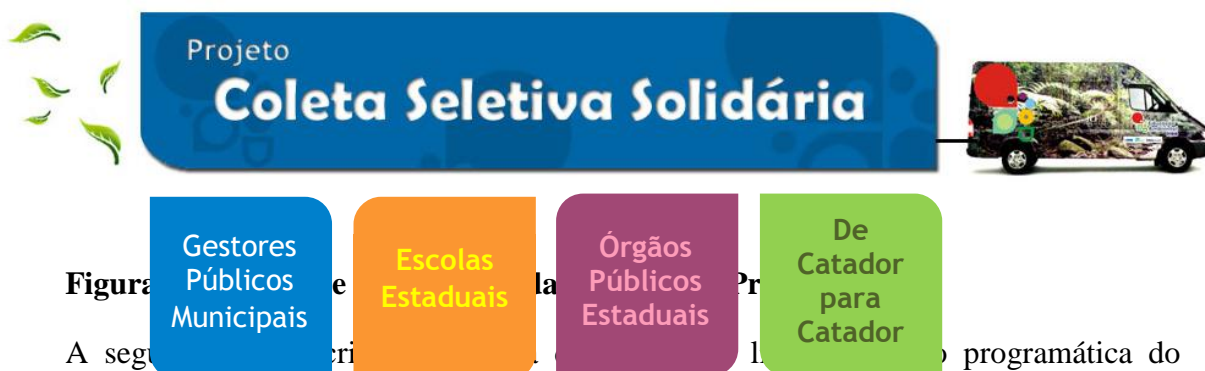
O Projeto Coleta Seletiva Solidária, iniciado em outubro de 2001, constitui-se de um abrangente programa institucional de ações educativas e informativas para auxiliar a implantação da coleta seletiva no Estado do Rio de Janeiro, as quais são desenvolvidas através da capacitação e da divulgação dessas ações. Esse Projeto tem como referência o Decreto Estadual 40645/07.

Esse Projeto é desenvolvido por equipe multidisciplinar composta por especialistas das áreas social, tecnológica e da saúde, bem como por técnicos, profissionais de nível médio e alunos universitários de graduação e pós-graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e está inserido de acordo com o Pacto pelo Saneamento do Rio de Janeiro, conforme apresentado na Figura 1, na qual é destacado o Plano Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e seus diversos programas vinculados, dentre eles, o Projeto Coleta Seletiva Solidária, o qual é desenvolvido pela Gerência de Educação Ambiental (GEAM/INEA), em parceria com a UERJ.



**Figura 1: Diagrama síntese do Pacto pelo Saneamento do RJ**

O Projeto Coleta Seletiva Solidária insere-se nesse plano integrado de gestão de resíduos, sendo desenvolvido segundo quatro linhas de ação programática de capacitação, a saber: Coleta Seletiva Solidária para Gestores Públicos Municipais, Coleta Seletiva Solidária nas Escolas Estaduais, Coleta Seletiva Solidária nos Órgãos Públicos Estaduais e Capacitação de Catador para Catador. Essas quatro linhas de ação e a sua identidade visual estão apresentadas na Figura 2.



**Figura 2: Linhas de ação programática do Projeto Coleta Seletiva Solidária.**

### 1. Programa Coleta Seletiva Solidária para Gestores Públicos Municipais

O programa é realizado a partir do protagonismo dos gestores públicos, com envolvimento dos catadores organizados, ou em fase de organização, e com a participação de representantes da sociedade. O público alvo das oficinas de capacitação é formado por:

- ✓ Secretários municipais de meio ambiente e secretarias envolvidas com a gestão dos resíduos dos municípios do arranjo do consórcio intermunicipal para a disposição final de resíduos;
- ✓ Representantes dos órgãos públicos estaduais e federais desses municípios, pois estes órgãos devem implantar a coleta seletiva nas suas instalações por força dos Decretos 5.940/06 (federal) e 40.645/07 (estadual);
- ✓ Diretores e professores das escolas públicas estaduais desses municípios;
- ✓ Associações de moradores;
- ✓ Catadores de materiais recicláveis organizados em cooperativas ou em processo de organização;
- ✓ Organizações da sociedade civil, como Agenda 21 e Terceiro setor;
- ✓ Fabricantes de produtos industrializados implicados na Lei 3.369/00;
- ✓ Representantes do Conselho municipal de Meio Ambiente;
- ✓ Outros atores.

A programação das ações é desenvolvida por meio das oficinas que consiste de encontros mensais nos municípios atendidos pelo programa, e está apresentado no Quadro 1.

### **Quadro 1: Programação das Oficinas para Gestores Municipais**

<b>Encontro preparatório</b>	Apresentação PEGIRS. Programa de capacitação Histórico da coleta seletiva no município Fontes de recursos: 3369/00, FECAM, Rede de Apoiadores Proposta de plano de trabalho, Termo de cooperação Técnica Planejamento da Oficina e Participantes da Oficina
<b>1ª Oficina</b>	Participantes: Municípios do Consórcio, Órgãos e Escolas estaduais, Organizações da sociedade civil, Cooperativas de catadores, Conselho de Meio ambiente. Apresentações dos Conceitos que baseiam a Coleta Seletiva Solidária Apresentação do Plano de Trabalho Definição do Grupo de Trabalho
<b>2ª Oficina</b>	Apresentação das ações realizadas até o momento; Discussão do Marco Legal e Fontes de recursos Pressupostos Passo a Passo da Implantação da Coleta Seletiva Solidária
<b>3ª Oficina</b>	Apresentação das ações realizadas até o momento; Estudo de caso; Discussão sobre Indicadores de sustentabilidade.
<b>4ª Oficina</b>	Apresentação das ações realizadas até o momento; Definição de indicadores de Sustentabilidade; Plano de comunicação; Planejamento do Seminário Regional.
<b>5ª Oficina</b>	Apresentação das ações realizadas até o momento; Palestrantes convidados apresentando boas práticas em Coleta Seletiva Solidária.

O Objetivo do Programa de Capacitação de Gestores Municipais para a implantação da Coleta Seletiva Solidária através do planejamento participativo é a estruturação e implantação do **Programa Municipal de Coleta Seletiva Solidária** e o reatamento do Decreto Federal 5.940/06 a nível municipal.

## 2. Programa Coleta Seletiva Solidária nas Escolas Estaduais

O Programa Coleta Seletiva Solidária nas Escolas Estaduais visa a assessorá-las em sua implantação. O público alvo abrange diretores, professores, alunos e funcionários das escolas públicas estaduais do Rio de Janeiro. Este programa busca atuar integrado aos Programas Estaduais “Nas Ondas do Ambiente”, “Agenda 21 Escolar: Formando Elos de Cidadania à Distância” e “Agenda Água na Escola”.

A dinâmica de atendimento para as escolas é feita em conjunto com as oficinas realizadas pelo Programa Coleta Seletiva Solidária para Gestores Públicos Municipais, assim como em oficinas realizadas na UERJ para o atendimento coletivo das escolas, além de visitas técnicas individuais previamente agendadas, conforme o Quadro 2.

### Quadro 2: Programação das Oficinas nas Escolas

<b>Oficina para as Escolas</b>	1ª Oficina: apresentação do Programa da Coleta Seletiva Solidária (CSS) nas Escolas e do passo a passo da implantação 2ª Oficina: apresentação estudos de caso; diagnóstico das escolas e palestrantes convidados 3ª Oficina: avaliação e encerramento
--------------------------------	--



### 3. Programa Coleta Seletiva Solidária nos Órgãos Públicos Estaduais

A implantação da coleta seletiva nos órgãos estaduais é feita por meio de palestras, treinamentos de funcionários e acompanhamento de todo o processo de planejamento do órgão atendido pelo Programa. Conforme define o Decreto 40.645/07, cada órgão deve formalizar uma comissão para planejar e implantar a coleta seletiva em suas instalações. O Programa visa acompanhar os trabalhos que são desenvolvidos por essa comissão através dos passos a seguir.

1º Passo: a partir de uma listagem das instituições a serem acompanhadas na implantação da Coleta Seletiva Solidária, elaborou-se um questionário a ser enviado aos órgãos públicos com a finalidade de obter dados relativos ao seu desenvolvimento.

2º Passo: após o recebimento dos dados, são feitas visitas às instituições e aos órgãos estaduais e feito o diagnóstico da implantação da Coleta Seletiva Solidária.

3º Passo: seminário a ser realizado para apresentar o diagnóstico e debater e avaliar a implantação da Coleta Seletiva Solidária.

### 4. Capacitação de Catador para Catador

Em parceria com o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, o projeto desenvolve o Programa de Capacitação de Catador para Catador para promover a mobilização desses trabalhadores nos municípios onde ocorrem as oficinas para gestores públicos.

O levantamento de informações sobre as atividades dos catadores de rua e de lixões é feito com a utilização de questionários aplicados por catadores históricos contratados pelo Projeto. Além disso, é feito um cadastramento de cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Durante a abordagem, destaca-se a importância do apoio a organização desses trabalhadores informais em cooperativas de catadores, tornando-se parceiros das Prefeituras e público alvo dos Programas Municipais de Coleta Seletiva Solidária.

Além das ações de cadastramento e mobilização, e considerando-se a importância da participação dos catadores na elaboração e aplicação das políticas públicas, a SEA, INEA e a UERJ desenvolvem cursos de capacitação e apóiam a formalização dos grupos através do “Mutirão de Legalização” em parceria com o SEBRAE.

Para capacitar esses trabalhadores, o curso oferece instrumentos gerenciais para o planejamento e controle dos processos produtivos, visando a sua racionalização e ao aumento da produtividade e a melhoria das condições de trabalho. Esses cursos são desenvolvidos nas dependências da Faculdade de Engenharia da UERJ. As aulas são ministradas por profissionais capacitados e o seu conteúdo programático é desenvolvido em cinco módulos. Ao final de cada módulo, o trabalhador recebe um certificado de aproveitamento emitido pela UERJ. A seguir é apresentada a estrutura dos módulos do curso realizado.

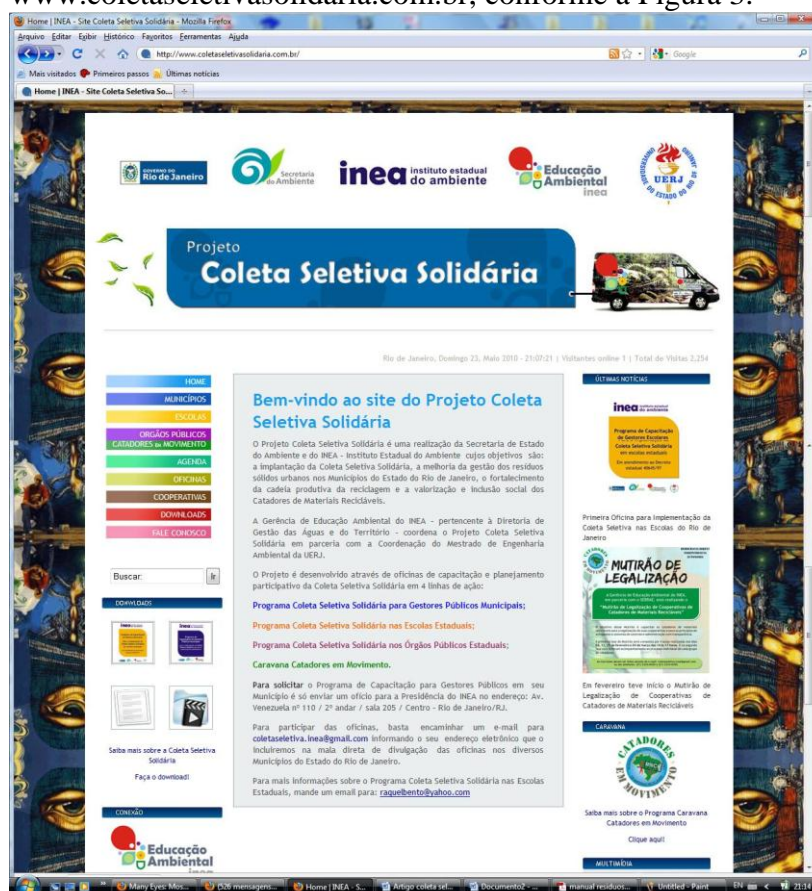
- ✓ Módulo 1: Mapeamento de riscos dos locais de trabalho de organizações de classificação de materiais (16 horas).
- ✓ Módulo 2: Logística. Noções para elaboração de projeto de arranjo-físico do processo de classificação de materiais recicláveis (16 horas).
- ✓ Módulo 3: Educação previdenciária (8 horas).
- ✓ Módulo 4: Cuidados iniciais aplicados à creche em cooperativas de trabalhadores de materiais recicláveis (16 horas).
- ✓ Módulo 5: Cuidados Iniciais em Situações de Urgência (CISU) (20 horas).

Esses módulos e temas foram definidos a partir das demandas expressadas em cinco encontros pelos Grupos de Trabalho denominados GTs de Catadores onde foram levantadas diversas demandas, entre as quais surgiu a de Qualificação Profissional para Catadores nesses temas.

Além dessas atividades, está prevista a construção de um espaço a ser instalado na UERJ para o desenvolvimento de ações na área da saúde do trabalhador dirigidas aos catadores de materiais recicláveis.

## Resultados

Todas as informações relativas ao projeto são disponibilizadas na página eletrônica [www.coletaseletivasolidaria.com.br](http://www.coletaseletivasolidaria.com.br), conforme a Figura 3.



**Figura 3: Página eletrônica do Projeto Coleta Seletiva Solidária**  
(Fonte: INEA, 2010a)

A seguir são apresentados os resultados obtidos em cada linha de ação programática do Projeto.

### 1. Programa Coleta Seletiva Solidária para Gestores Públicos Municipais

Os municípios que foram atendidos pelo Projeto estão apresentados na Tabela 1. Até maio de 2010, aconteceram 38 oficinas a fim de auxiliar a implantação da Coleta Seletiva Solidária e contaram com a participação de cerca de 1120 pessoas; mais 11 oficinas estão

agendadas. O Projeto pretende, até outubro de 2011, atender a 44 municípios do estado do Rio de Janeiro.

**Tabela 1: Municípios atendidos pelo Programa**

Município	Número de habitantes *	Fase do programa de capacitação	Número de participantes	Existência de Programa Municipal de Coleta Seletiva
Angra dos Reis	149.345	1ª Oficina	30	Em implantação
Cabo Frio	162.229	2ª Oficina	30	Não
Carmo	16.690	3ª Oficina	70	Sim
Duque de Caxias	842.686	5ª Oficina	80	Sim
Laje do Muriaé	7.769	2ª Oficina	30	Em implantação
Mendes	17.242	4ª Oficina	90	Sim
Miguel Pereira	24.585	3ª Oficina	120	Em implantação
Nilópolis	153.581	2ª Oficina	60	Em implantação
Nova Iguaçu	830.672	4ª Oficina	180	Sim
Paty do Alferes	25.132	1ª Oficina	40	Em implantação
Petrópolis	306.645	2ª Oficina	80	Sim
Queimados	130.275	4ª Oficina	120	Em implantação
Rio Bonito	51.942	1ª Oficina	50	Em implantação
Silva Jardim	21.362	1ª Oficina	17	Não
Teresópolis	150.268	3ª Oficina	120	Sim

\*Fonte: IBGE (estimativa de 2007)

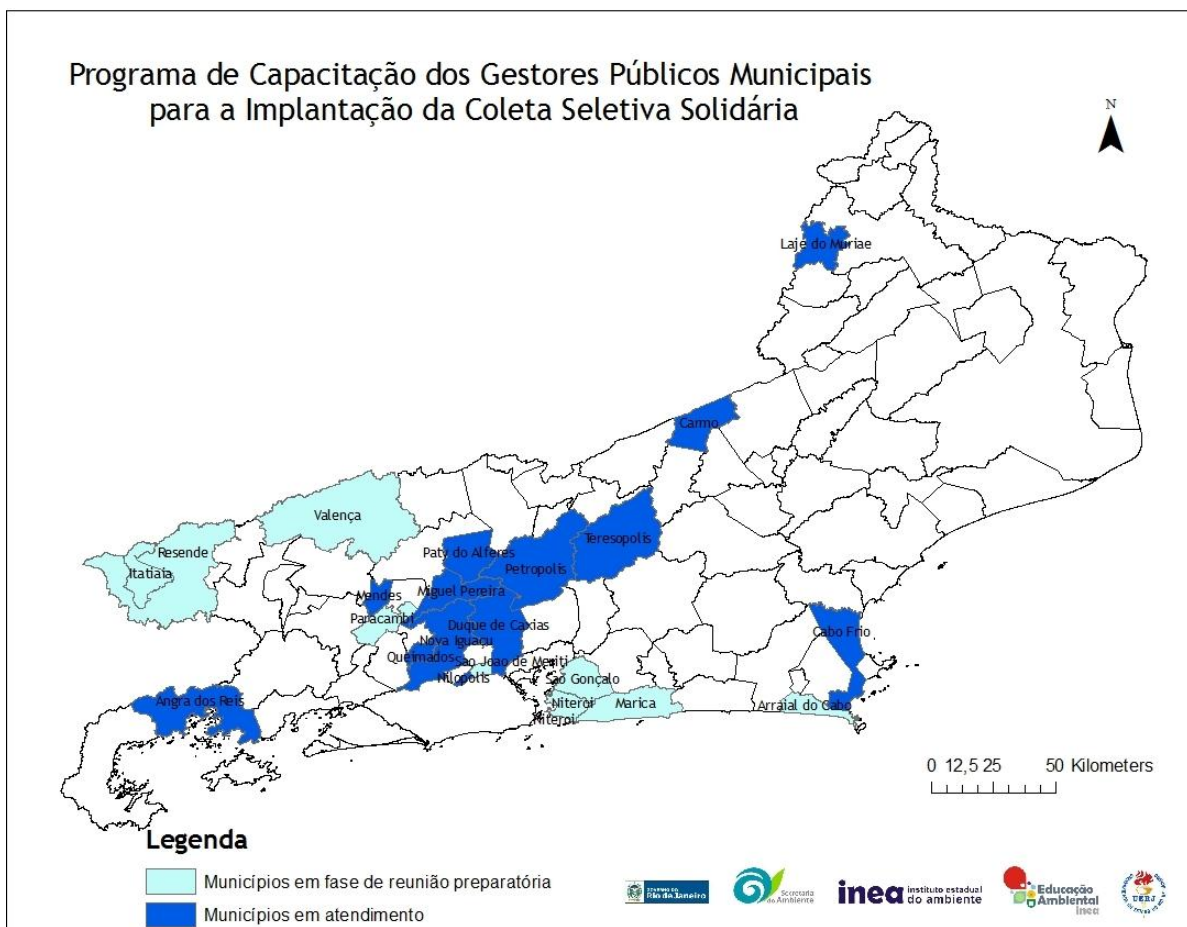
Na Tabela 2 estão listados os municípios que estão em fase de reuniões preparatórias que antecedem a capacitação composta por cinco oficinas, conforme Quadro 1.

**Tabela 2: Municípios em fase preparatória das oficinas**

Município	Número de habitantes*	Fase do programa de capacitação
Arraial do Cabo	25.248	Preparatória
Cachoeiras de Macacu	53.037	Preparatória
Itatiaia	31.185	Preparatória
Maricá	105.294	Preparatória
Niterói	474.002	Preparatória
Paracambi	42.423	Preparatória
Resende	118.547	Preparatória
São Gonçalo	960.631	Preparatória
São João de Meriti	464.282	Preparatória
Tanguá		
Valença	70.850	Preparatória

\*Fonte: IBGE (estimativa de 2007)

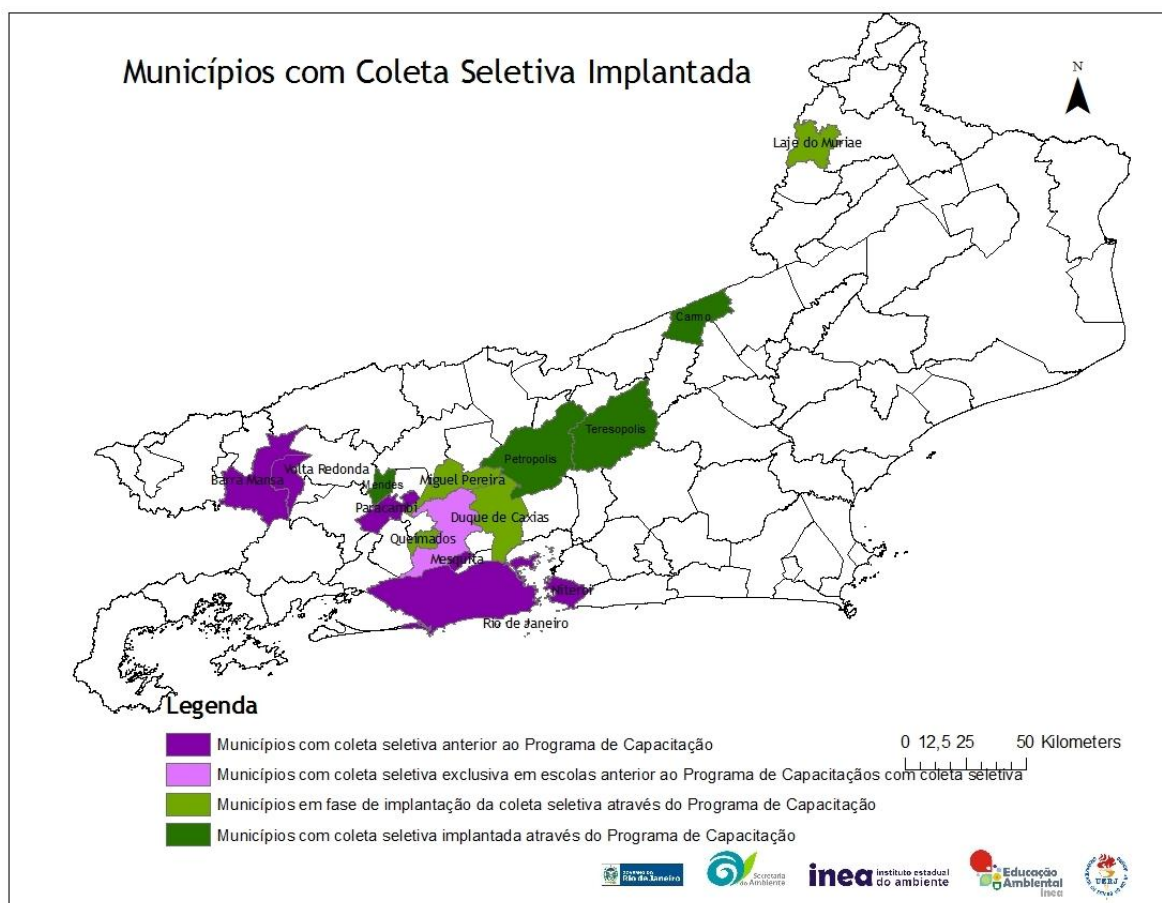
Na Figura 4 é apresentado o mapa do Estado do Rio de Janeiro com a localização dos municípios atendidos pelo projeto e os que estão em fase preparatória.



**Figura 4: Mapa dos Municípios atendidos pelo Programa e em fase de reunião preparatória**

Dos 20 municípios atendidos pelo Projeto Coleta Seletiva Solidária 4 já chegaram a implantar seu Programa Municipal de Coleta Seletiva Solidária (Teresópolis, Petrópolis, Carmo e Duque de Caxias), 2 estão em vias de implantar (Miguel Pereira e Queimados) e 5 fizeram rebatimento do Decreto Federal 5.940/06 (Duque de Caxias, Carmo, Queimados, Miguel Pereira e Teresópolis).

Na Figura 5 são apresentados os municípios que possuem coleta seletiva implantada. Nela é possível observar que 11 municípios apresentam programa municipal de coleta seletiva no Estado do Rio de Janeiro. Desses, 4 municípios implantaram a coleta seletiva através do Programa de Capacitação dos Gestores Públicos Municipais. Além disso, mais 4 municípios estão em processo de implantação da coleta seletiva através do Programa de Capacitação dos Gestores Públicos Municipais.



**Figura 5: Municípios com Coleta Seletiva Implantada**  
(Fonte: IBGE e INEA, 2010)

## 2. Programa Coleta Seletiva Solidária nas Escolas Estaduais

Na Tabela 3 são listados os municípios onde está ocorrendo a capacitação das escolas. Em algumas dessas oficinas também é notada a participação de representantes de escolas municipais.

**Tabela 3: Municípios onde está acontecendo a capacitação das escolas**

Município	Número de escolas atendidas
Carmo	8
Duque de Caxias	11
Miguel Pereira	4
Paty de Alferes	4
Petrópolis	14
Queimados	14
Rio de Janeiro	42
Teresópolis	18
<b>Total de escolas</b>	<b>115</b>

### 3. Programa Coleta Seletiva Solidária nos Órgãos Públicos Estaduais

A equipe está acompanhando a implantação da Coleta Seletiva Solidária nos órgãos públicos do Governo do Estado do Rio de Janeiro. A Secretaria de Assistência Social, Ceasa, Rio Trilhos, AGENERSA e SEA já implantaram a coleta seletiva e receberam orientações. Estão em processo de implantação a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, Centrais de Abastecimento S/A – CEASA/RJ e Associação Comercial dos Produtores e Usuários da CEASA Grande Rio e São Gonçalo, Governo do Estado do Rio de Janeiro/Casa Civil, dentre outros.

Um seminário para a apresentação de casos de secretarias e órgãos, onde essa implantação foi consolidada, está previsto para ser realizado ainda em 2010.

### 4. Capacitação de Catador para Catador

Um grupo de trabalho (GT) de catadores de materiais recicláveis foi criado para discutir suas demandas no Estado de Rio de Janeiro e dentre elas, destacam-se: a necessidade de ampliação da capacidade produtiva das organizações com o propósito de aumentar o montante destinado ao rateio entre os associados, e de ações voltadas para a promoção da saúde e segurança do catador no seu ambiente de trabalho. Dessas demandas, foi criado o curso de capacitação e apoio, conforme visto na metodologia do Programa de Capacitação de Catador para Catador.

Para as tarefas de cadastramento de catadores individuais e de apoio no mutirão de legalização e nas aulas de sistema de rateio, são contratados do Projeto 2 Catadores históricos (com previsão de contratação de mais dois) Elisabete Mendes e Custódio.

A participação de catadores no projeto também tem evidenciado a importância do seu protagonismo exercido através do discurso e da práxis da catadora Elisabete, membro da equipe do projeto:

“Eu nunca imaginei que um dia estaria ajudando outro companheiro que se encontra em uma situação muito difícil: sem galpão, sem nenhuma estrutura e ainda trabalhando em lixão ou na rua, precisando de apoio para ter um trabalho digno de catador”. Elisabete Mendes

Os dados levantados sobre as cooperativas existentes nos municípios que são acompanhadas pelo Programa estão apresentados na Tabela 4.

**Tabela 4: Situação das cooperativas de catadores**

Município	Organizações	Articulados com o MNCR	Legalizada	Trabalham coletivamente	Possui galpão	Possui caminhão	Número de catadores cooperativados
Angra dos Reis	Em formação	não	não	não	não	não	-
Cabo Frio	Cooperforte	sim	sim	sim	não	não	108
Carmo	Coopbela	sim	não	não	sim	não	8
Duque de Caxias	Coopergramacho	sim	sim	sim	sim	não	35
	ACAMJG	sim	sim	sim	sim	sim	40

	Cooperjardim	sim	sim	não	não	não	50
	Saraivacoop	não	sim	sim	sim	sim	20
	Coopar	não	sim	não	sim	sim	-
Laje do Muriaé	Em formação	sim	não	não	sim	não	-
Mendes	Sem nome	não	não	sim	sim	não	7
Miguel Pereira	Em formação	sim	não	não	sim	não	30
Nilópolis	Em formação	sim	não	não	sim	não	-
Nova Iguaçu	Cooperativa Vitória	não	sim	não	sim	não	-
Petrópolis	Apuv	não	sim	sim	sim	não	5
Queimados	Em formação	não	não	não	não	não	Em cadastramento
Rio Bonito	Em formação	não	não	não	não	não	não
Silva Jardim	Em formação	não	não	não	não	não	não
Teresópolis	Associação de Catadores Serrana	sim	sim	sim	sim	não	35

## Conclusões

A experiência que vem sendo adquirida com a implantação do Projeto Coleta Seletiva Solidária nos permite algumas conclusões, ainda que preliminares. A integração entre os diferentes níveis de governo, a participação de catadores e da existência de políticas públicas voltadas para a gestão sustentável dos problemas socioambientais, o crescente interesse do poder público municipal e dos prestadores de serviço de coleta, e a adesão da sociedade local pelo planejamento participativo objetivando o controle social, são fatores de suma importância para a implantação da coleta seletiva.

No contexto dos municípios, a participação tanto dos gestores públicos e das escolas, quanto da sociedade civil representada por diversas instituições, tem demonstrado o interesse e a capacidade mobilizadora para enfrentar o desafio que é a gestão de resíduos urbanos e, em particular, a implantação da Coleta Seletiva Solidária. Até o momento o projeto tem ido para os municípios que demonstram vontade política de implantar a Coleta Seletiva Solidária através de uma solicitação oficial feita ao presidente do órgão Ambiental do Estado (INEA) que é encaminhada à gerência de Educação Ambiental.

Para o êxito desse processo, considera-se fundamental a integração dos setores envolvidos e o desenvolvimento de ações conjuntas pelos entes públicos e privados, com ampla participação social. Isso tem sido observado até em relação aos prestadores de serviço de coleta de lixo contratados por contrato global pelos municípios, que vêm na coleta seletiva uma redução de custos de transporte (quase sempre a disposição final é fora do município) quanto de disposição final (com o encerramento dos lixões o custo de disposição final em aterros sanitários tem aumentado em pelo menos 200%).

Cabe ressaltar a iniciativa e o aporte financeiro da Secretaria de Estado do Ambiente no desenvolvimento de políticas públicas, em particular na área de gestão de resíduos e do incentivo à realização do projeto aqui apresentado. E também o entendimento da importância da Educação Ambiental para o enfrentamento dos problemas ambientais, principalmente no âmbito da Gestão Integrada dos Resíduos.



Reconhece-se que muito ainda precisa ser feito para uma adequada gestão integrada de resíduos, a qual depende, dentre outros fatores, da vontade política dos municípios, do aporte de recursos humanos e financeiros, da construção de instalações e aplicação de técnicas inovadoras e, sobretudo, da participação cidadã e solidária e do controle social.

O fortalecimento destes fatores será proporcional à integração do Projeto Coleta Seletiva Solidária junto aos Conselhos municipais de Meio Ambiente, aos Comitês de Bacias Hidrográficas do Rio de Janeiro, às Agendas 21 Locais e com os movimentos sociais que irão fortalecer os mecanismos de controle social, a sustentabilidade dos programas municipais de coleta seletiva e contribuir para o enfrentamento dos problemas ambientais no estado.

Espera-se que as ações desenvolvidas no âmbito dos diversos programas institucionais e pelos setores da sociedade civil organizada produzam resultados integrados e permanentes em prol de um efetivo Desenvolvimento Sustentável do Estado do Rio de Janeiro.

## Referências Bibliográficas

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE (INEA), 2010a. Disponível em: <<http://www.coletaseletivasolidaria.com.br>>.

\_\_\_\_\_. Agenda Água na Escola. 2010b. Disponível em <[http://www.inea.rj.gov.br/imagens/educ\\_amb\\_agenda\\_agua\\_escola.jpg](http://www.inea.rj.gov.br/imagens/educ_amb_agenda_agua_escola.jpg)>

\_\_\_\_\_. Encontro das águas, 2010c. Disponível em: <<http://www.inea.rj.gov.br/fma/educacao-ambiental.asp>>

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, MMA. **Agenda Ambiental na Administração Pública–A3P**. Disponível em <<http://www.mma.gov.br>>

MONTEIRO, José Henrique Penido et al. Manual de Gerenciamento Integrado de resíduos sólidos. In: ZVEIBIL, Victor Zular (coordenação técnica) Rio de Janeiro: IBAM, 2001, 200p.

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE (SEA). **Agenda 21 Escolar, 2010a**. Disponível em: <[http://www.ambiente.rj.gov.br/pages/sup\\_edu\\_amb/edu\\_ambiental\\_agen\\_21.html](http://www.ambiente.rj.gov.br/pages/sup_edu_amb/edu_ambiental_agen_21.html)>

\_\_\_\_\_. **Nas Ondas do Ambiente. 2010b**. Disponível em: <[http://www.ambiente.rj.gov.br/pages/sup\\_edu\\_amb/edu\\_ambiental\\_projetos/eduamb\\_proj\\_ondas1.html](http://www.ambiente.rj.gov.br/pages/sup_edu_amb/edu_ambiental_projetos/eduamb_proj_ondas1.html)>

SILVA, Elmo Rodrigues da; LEITE, Márcia C. A. Moreira. ; PALERMO, Mônica A. Marques. A coleta seletiva em educação ambiental. In: Alexandre de Gusmão Pedrini. (Org.). **Metodologias em educação ambiental**. 1ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007, v. 1, p. 181-207.

UNESCO. **La Educación ambiental: Las grandes orientaciones de la Conferencia de Tbilisi**, UNESCO, 1980, 107 p.